



Eixo: Movimentos sociais e Serviço Social.

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos sociais: pesquisa teórica e profissional.

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: RECORTES E PROBLEMATIZAÇÃO DESSA RELAÇÃO NA ATUALIDADE

IRIS SUNSYARAY MENDES FELICIANO¹

RESUMO: O Texto é um recorte do Trabalho de Conclusão de Curso- TCC sobre a histórica relação orgânica do Serviço Social com os movimentos sociais. Objetiva-se a partir do método crítico dialético, discutir a atualidade desse debate tendo como base os anais dos últimos ENPESS. Os resultados apontam que a partir dessa vinculação e compromisso, hoje a profissão conta com novos enquadres sócio-ocupacionais. A discussão construída nos aportes teóricos é fértil, entretanto, percebe-se uma necessidade de maior socialização do trabalho do assistente social junto a esses novos espaços.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimentos sociais; Atualidade.

Abstract: The text is a cut from the Conclusion Work-CBT on the historical organic relationship of Social Service with social movements. The objective of the dialectical critical method is to discuss the relevance of this debate based on the annals of the last ENPESS. The results show that from this connection and commitment, today the profession has new socio-occupational frameworks. The discussion built on the theoretical contributions is fertile, however, it is perceived a need for greater socialization of the work of the social worker next to these new spaces.

Keywords: Social Work; Social movements; Present.

1 INTRODUÇÃO

O artigo é fruto da pesquisa para a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. O qual propôs realizar um estudo sobre os termos do debate entre Serviço Social e movimentos sociais no Brasil, a partir da produção científica do ENPESS com os trabalhos apresentados na modalidade oral no período de 2012 a 2016. Com a amostragem obtida, dividiu-se a discussão em áreas temáticas, as quais compreenderam os seguintes domínios: questão ambiental; raça e etnia; relação Serviço Social e movimentos sociais; questão urbana; questão agrária;

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <iris_sunsyaray@hotmail.com>

gênero, mulheres e feminismo; movimento sindical e partido político; debate teórico e demais organizações políticas.

No presente trabalho, tivemos como objetivo tecer reflexões acerca da relação Serviço Social e movimentos sociais e seus rebatimentos para a profissão na atualidade. Para isso fizemos uma breve retomada histórica da trajetória do Serviço Social no Brasil, a fim de compreender melhor a perspectiva política que hoje hegemonicamente baliza o Serviço Social através do seu projeto profissional.

O método de investigação utilizado para o desenvolvimento desse estudo foi o materialismo histórico dialético, o qual busca a consideração das múltiplas determinações existentes na realidade social a fim de alcançar a essência dos fenômenos sociais. Quanto aos aspectos metodológicos, foi necessário a realização das pesquisas bibliográfica e documental. No momento de coleta de dados, analisamos de maneira qualitativa os anais dos dois últimos ENPESS (2014 e 2016) na modalidade oral sobre os artigos que tratam da vinculação Serviço social e movimentos sociais.

Pensar a relação do Serviço Social brasileiro com os movimentos de organização político social consiste em um mecanismo de resistência, uma vez que a centralidade está em ratificar e avigorar o Projeto Ético Político Profissional (PEPP). Nesses moldes a motivação dessa pesquisa parte da vontade de contribuir para o fortalecimento do PEPP, em uma conjuntura marcada pelo desmonte dos direitos sociais e pela instabilidade e precarização das relações trabalhistas, fatos estes que explicam de certo modo o descenso e a fragmentação das lutas sociais.

Portanto, provocar essa discussão é colocar em evidência a dimensão imaterial como possibilidade interventiva do (a) assistente social. Segundo lamamoto e Carvalho (2014) essa dimensão permite ao profissional independente de sua área de atuação incidir no modo de ser e de viver dos usuários, trabalhando no campo subjetivo e cultural, podendo desse modo chegar a contribuir nos processos coletivos de resistência e mobilização política. Outro fator que releva também a nossa pesquisa é a dimensão pedagógica que vem cada vez mais sendo comum ao profissional de Serviço Social que tanto trabalha nas instituições, quanto na militância política.

Sobre isso, Mota (2014) nos fala que a partir das atuais tendências do mundo do trabalho, é cada vez mais comum a incidência de novos enquadres profissionais para o (a) assistente social, que hoje trabalha em processos formativos de movimento sociais, seja prestando assessorias, seja atuando como formadores de massa crítica ou na instrumentalização política de palestrantes, líderes e representantes partidários e sindicais. Nessas circunstâncias, observa-se uma ampliação do envolvimento profissional junto aos movimentos sociais, fator que também nos convida para o entendimento da atualidade dessa relação.

2 SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: A INTRINCADA RELAÇÃO

2.1 Anos 1970-1980: o processo de renovação da profissão

Na América Latina a década de 1970 é marcada por um momento de lutas políticas emancipatórias e revoluções ao enfrentamento do imperialismo norte-americano e sua ideologia funcionalista desenvolvimentista e modernizadora (GUERRA, 2009). Nesse período o Serviço Social vivencia o processo de renovação da profissão. Netto (2005) didaticamente esclarece esse processo por meio de três fases. A primeira se dá na segunda metade dos anos 60, a chamada “perspectiva modernizadora” que contou com o apoio direto do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS), o qual promoveu seminários para a teorização da profissão (os seminários do Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista). Essa vertente apoiou-se nos pilares desenvolvimentistas e propôs um Serviço Social integrador e dinamizador no processo de crescimento nacional. Sobre a perspectiva modernizadora nos escreve Netto:

No âmbito estrito da profissão, ela se reporta aos seus valores e concepções mais “tradicionais”, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil, subordinando-os aos seus vieses “modernos” – donde por outro lado, o lastro eclético de que é portadora (NETTO, 2005, p.155).

A segunda fase chamada de “reatualização do conservadorismo” ocorre na década de 1970, e contou com o envolvimento e a atuação do CBCISS.

Uma vertente que recupera a tradição positivista profissional em consonância com os estudos referentes ao pensamento crítico dialético de Marx, que resultava em uma prática fenomenológica e psicologizante centrada no indivíduo. Uma tendência ocorrida sob o discurso da renovação (NETTO, 2005).

A terceira direção ocorrida na primeira metade dos anos 1980, a “intenção de ruptura”, além de contar com a participação do CBCISS e das problematizações acadêmicas, teve o apoio dos organismos ligados às agências de formação da profissão, partidos e alguns sindicatos políticos. De acordo com Netto (2005), esse caminho contou com uma considerável influência do pensamento latino americano crítico no final dos anos 1970 e início da década de 1980. Assim, nascia um tempo em que se gestava uma concepção crítica quanto às formas anteriores e tradicionais da profissão. Para o autor, esse momento só foi possível graças à hegemonia cultural das correntes de esquerda em fim dos anos 60 e ao consequente direcionamento acadêmico dos estudos teórico-críticos. Sobre a intenção de ruptura expõe Netto:

[...] esta vertente tem muito da sua audiência contabilizada ao descrédito político da perspectiva modernizadora e à generalizada crítica às ciências sociais acadêmicas; no entanto, parecem-nos fundamentais, para explicar a sua repercussão, as condições de trabalho da massa da categoria profissional [...] Donde, no seu perfil, um flagrante hiato entre a intenção de romper com o passado conservador do Serviço Social e os indicativos prático- profissionais para consumá-la [...] (NETTO, 2005, p. 160-161).

As fases citadas brevemente acima, compõe o chamado processo de renovação da profissão. E sob a perspectiva de desenvolvimento nacional, na década de 1970 inicia um trabalho de organização das comunidades, o chamado desenvolvimento de comunidade. É nesse momento que o Serviço Social passa a ter um contato direto com a realidade das organizações populares e a cultura local (NETTO, 2005). Vindo na década de 1980 a engajar-se nas lutas populares e filiar-se a partidos políticos de esquerda, fato que conferiu a profissão um fortalecimento para a vinculação política e ideológica em consonância com a classe trabalhadora. Essa guinada de posição resultou no III Congresso Brasileiro de Serviço Social, onde se gesta o

seu projeto ético-político profissional visando à emancipação humana (GUERRA, 2009).

Assim, a Associação Brasileira de Estudos e Serviço Social (ABESS) aprova em 1982 um novo currículo centrado na perspectiva crítica que trouxe de volta a disciplina *Desenvolvimento de Comunidade*, a qual abordava o tema movimentos sociais. Novamente, essa alteração gerou controvérsias e a disciplina foi retirada dos programas curriculares. Fato que para nós contribuiu nas baixas produções sobre os movimentos sociais no Serviço Social na década de 1990. Ganhando relevo as discussões sobre conselhos de direitos e políticas sociais, possivelmente pelo contexto nacional que desde os anos 1980 entrou em processo de democratização (RIBEIRO; SHUELTER, 2011). Vejamos como as autoras nos detalham sobre esse processo:

[...] ao longo dos anos 90, o movimento feito pela academia foi o de distanciamento dos movimentos sociais e de suas lutas sociais, seja pela centralidade que se colocava para a profissão, a efetivação de conselhos de direito, seja pela referência de análises teóricas e o discurso das esquerdas que apontavam para o encolhimento e fragilização da sociedade civil na luta pela qualidade das políticas sociais e da garantia dos direitos sociais e do trabalho, bem como o isolamento dos sindicatos e movimentos sociais (principalmente os movimentos sociais urbanos), através da desqualificação e/ou anulação da sua capacidade de luta e resistência (RIBEIRO; SHUELLER, 2011, p. 316).

Observa-se dessa forma, que houve naquelas circunstâncias por parte da academia um tensionamento quanto ao reconhecimento das ações de mobilização e organização dos (as) assistentes sociais nas comunidades. De acordo com os estudos de Ribeiro e Shueller (2011), houve um impasse, onde uma parte da categoria considerava o trabalho desempenhado como movimento social e outra não. Para Costa (2001) não se pode negar, que foram as experiências com a comunidade nesse período que possibilitou o nascimento de inquietações e suscitações dos profissionais sobre as condições de vida da população.

2.2 A construção de um projeto profissional de ruptura

Na história do Serviço Social, as décadas de 1970 e 1980 denotam um período de contestação ao conservadorismo e de guinada ético-política para um novo projeto profissional. Há uma série de fatores que resultou na aproximação, e posteriori vinculação da profissão com os movimentos sociais, os quais podemos citar: a luta contra a ditadura militar que contou com a militância e engajamento de cariz profissional; o envolvimento de assistentes sociais em diferentes movimentos sociais (um processo que se inicia com a aproximação dos (as) profissionais à comunidade na década de 1970), como a participação em sindicatos e filiação em partidos de cunho progressistas e a criação do Centro Latino Americano de Trabalho Social- CELATS, o qual adotou a perspectiva crítica dialética e foi tomado como referência no continente Latino Americano (NETTO, 2005).

Duriguetto (2014) também enfatiza que essa condução teórico-metodológica entre o Serviço Social e os movimentos sociais no Brasil, se estabelece por meio da acentuação de profissionais e estudantes nos movimentos e organizações trabalhistas da sociedade civil. No final da década de 1970, setores progressistas da profissão incorporaram-se as lutas populares. Ocasão em que se vivenciava um processo global de inovações nos processos de trabalho, atingindo assim o Serviço Social que teve consolidado tanto a dimensão política-organizativa quanto a dimensão sócio-ocupacional (DURIGUETTO; MARRO, 2016).

Esses fatores conforme aponta Costa (2001), desencadeiam a necessidade da constituição de uma nova base teórico-intelectual da profissão. Netto (2005) nos explica que esse processo de ruptura dentro do Serviço Social com as suas práticas tradicionais se gesta a partir do momento em que a profissão volta os seus horizontes ao compromisso político em defesa dos direitos da classe trabalhadora. E como salienta o autor, isso ocorre inicialmente no campo acadêmico, uma que vivenciava um cenário ditatorial.

Para Mota (2014) a referência dos movimentos sociais no Serviço Social foi aspecto preponderante para a constituição do projeto político profissional nos moldes atuais. E essa afinação, resultou no código de ética e na lei que hoje regulamenta a profissão, perspectivada nos interesses das classes subalternas. A esse respeito, nos fala a autora:

Sob o meu ponto de vista a relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social não é apenas necessária; ela foi e é determinante da construção do que hoje denominamos como Projeto ético-político profissional. Embora esta nomeação surja nos anos 1990, sua constituição remonta aos finais dos anos 1970 do século passado, quando se inicia um movimento político, teórico e acadêmico-profissional de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social (MOTA, 2014, p.26).

O maior marco dessas mudanças ocorridas no seio da profissão durante os anos de 1970 e 1980 é o III Congresso Brasileiro de assistentes sociais em 1979, também chamado do “Congresso da Virada”. Ocasão em que considerável parcela da categoria profissional manifesta o seu direcionamento aos pilares da relação capital e trabalho, tomando como base a perspectiva crítica dialética da tradição marxista. Nesse entendimento, firmava-se um comprometimento ético político dos (as) assistentes sociais com os interesses da classe trabalhadora e, desse modo na luta contra todas as formas de opressão e exploração advindas do modo de produção capitalista (CFESS, 2009). Desse momento em diante, buscou-se a compreensão contraditória da realidade em sua totalidade e o comprometimento profissional com as lutas e formas de organização e articulação desenvolvidas em prol das classes subalternas.

2.3 Pós-consolidação do PEPP: entraves e possibilidades

Conforme Costa (2001) com a democratização ocorreu um desenvolvimento do Serviço Social tanto na academia com a sustentação da teoria crítica-dialética, quanto na ampliação dos quadros profissionais, chegando o (a) assistente social ocupar espaços de vinculação profissional junto as lutas sociais populares, o que ocorreu tanto na área institucional quanto na militância política (pois, já era notável a prática de que muitos profissionais se aliavam aos movimentos e organizações da classe trabalhadora por uma questão de militância pessoal).

Somado a isso, como nos acrescenta Mota (2009), aqui no Brasil a estratégia neoliberal adotada na gestão de Fernando Henrique Cardoso e intensificada nos governos Lula e Dilma põe em iminência os caminhos

defendidos no PEPP, por precarizar e flexibilizar as relações de trabalho no país e dificultar ainda mais o acesso às políticas públicas, focalizando-as e seletivizando-as para os mais pobres dos pobres.

Ribeiro e Schuelter (2011) apresentam os resultados de suas pesquisas a partir dos trabalhos publicados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) e nos Encontros Nacionais de Pesquisadores e Estudantes de Serviço Social (ENPESS), na primeira década dos anos 2000. Dessa feita, as autoras apontam que nesse período o tema movimentos sociais e Serviço Social sofreu uma queda equiparado às demais linhas temáticas, argumentando que há de fato um distanciamento dos estudiosos e profissionais do Serviço Social pela temática, e indicam o caminho teórico-referencial usado, o qual priorizou o debate profissional, como um fator desse distanciamento.

Nesse momento, ocorre também uma profunda regressividade das lutas trabalhistas no campo sindical. Duriguetto (2014) nos explica essa desarticulação como consequência da estratégia sindical dos anos 2000, a qual se voltou para a conciliação das classes com ações de cunho defensivo aos interesses corporativistas e locais. Na mesma linha, Guerra (2008) argumenta que esse refluxo das lutas políticas no Brasil decorre do descontentamento popular com o governo de esquerda representado pelo PT. Para a autora, o contexto atual de globalização e financeirização do capital, afastou os atores centrais da organização política, desvitalizou e subdividiu as lutas da classe trabalhadora. Sobre isso, Cisne (2008) nos conta que nos fins da década de 1970 e início dos anos 80, a classe trabalhadora colocava a sua esperança nos ideais de democracia e igualdade pregados pelo sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, e, que, no campo da luta partidária eleitoral, as apostas populares de um Brasil mais justo e menos desigual eram depositadas no “Lula lá”. A população mais tarde, com a eleição de Lula e com a chegada do PT ao poder, foi frustrada pelos rumos que tomou a gestão.

Com todos esses embates repercutidos na relação entre Estado, sociedade e mercado, somados as transformações ocorridas na esfera do trabalho, o (a) assistente social é diretamente atingido colocando as proposições conjugadas em seu PEPP em iminência. Como um profissional assalariado tem suas funções estreitadas pelas demandas da instituição.

Entretanto, conforme Iamamoto (2008) os (as) assistentes sociais são resguardados (as) de acordo com a sua legislação profissional por uma relativa autonomia a qual lançam mão. Permitindo-lhes desse modo, conduzir a sua intervenção voltada para as classes subalternas. (IAMAMOTO, 2008, p. 220). Duriguetto e Baldi (2012) entendem que é essa relativa autonomia que propicia o gancho para uma intervenção a serviço do projeto da classe trabalhadora.

Ainda sobre os limites e alcances profissionais Iamamoto e Carvalho (2006) tecem explicações quanto às duas dimensões peculiares a atuação do (a) assistente social: a dimensão material e a imaterial como possibilidades de intervenção. A primeira compõe o trabalho na prática do profissional, as mediações, intervenções e atividades que desempenham e a segunda diz respeito à possibilidade de atingir de modo considerável na vida cultural, política e ideológica dos (as) usuários (as). Quanto a essa segunda dimensão, a imaterial, considera a autora:

Somos profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós. E, portanto, uma profissão que nos dá a uma dimensão da realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades- a da profissão e a nossa- em um movimento contínuo (MARTINELLI, 2006, p. 10).

Extraí-se desse fragmento que a aproximação direta e constante estabelecida pelo (a) assistente social com os (as) usuários (as) dos serviços favorece uma maior oportunidade de educar para os direitos, para o acesso a informação e para articulações em redes, associações, movimentos sociais e demais programas. Ainda com a leitura do trecho, observa-se que as possibilidades citadas de ação não só dizem respeito aos assistentes sociais que trabalham diretamente nas frentes e organizações de movimentos sociais, mas à presença do profissional de Serviço Social nos mais diversos espaços de atuação.

Costa (2001) ratifica essa discussão ao nos falar acerca da tendência contemporânea da presença dos assistentes sociais nos movimentos sociais populares. Para a autora, com essa prática “possibilita-se, portanto, um encontro entre o sujeito/militante e o profissional/educador, que concretiza o sentido político-ideológico da fonte teórico-metodológica marxista adotado

como base formativa” (COSTA, 2001, p. 23). A autora apresenta a realidade em que vivencia o assistente social em um contexto de alteração do cenário nacional, e de conseqüente ampliação dos postos e ocupações de trabalho o qual possibilita ao profissional atuar tanto como militante, tanto como educador.

Conforme Duriguetto (2014), o (a) assistente social pode desenvolver atividades de assessoria nas entidades de luta, trabalhar na reflexão e proposição de mecanismos para possíveis soluções ao enfrentamento das causas demandadas e atuar no fortalecimento da garantia ao exercício da cidadania. Para a referida autora, a presença dos profissionais nos espaços de discussões como conselhos e conferências, lhes permitem uma maior aproximação com as pautas sobre as experiências coletivas dos trabalhadores, ampliando assim o escopo profissional da categoria.

2.4 Uma amostragem a partir dos ENPESS 2014 e 2016

Como a proposta desta reflexão consiste em trazer elementos pontuais sobre a atualidade da relação movimentos sociais e Serviço Social, o material analisado corresponde aos trabalhos da plataforma de apresentação oral dos dois últimos ENPESS. Os recortes das temáticas foram delimitados de acordo com os trabalhos que problematizam essa relação. Desse modo, neste ensaio proponho trazer o que se extrai a partir dos 16 trabalhos analisados dos anais do ENPESS.

No que se refere à metodologia da pesquisa referente aos ensaios analisados, os principais autores utilizados compõem os seguintes nomes: Carlos Montaña, José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Franci Gomes Cardoso, Ivete Semionatto, Carlos Nelson Coutinho, Marcelo Braz, Sâmia Rodrigues Ramos, Elaine Behring, Ivanete Boschetti, Francisco Gramsci, Raquel Raichellis, Katia Iris Marro, Maria Ozanira Silva, Maria Beatriz Costa Abramides, Maria Lúcia Duriguetto, Marina Maciel Abreu, entre outros.

Em sua grande maioria, os trabalhos são desenvolvidos por estudantes de pós-graduação nível mestrado e doutorado e também por professores doutores. Há um significativo número embora que menor, de produções feitas

por discentes e bacharéis, produções elaboradas por assistentes sociais ficam ainda em menor evidência. A respeito dessa última incidência, parto do pressuposto que o caráter mecanicista e aligeirado que ainda reveste a profissão explica esse distanciamento dos (as) assistentes sociais com a produção científica.

Ainda considerando o espaço entre o fazer profissional e a socialização teórica das mediações realizadas em sua prática pelos assistentes sociais, Guerra (2016) argumenta que por ser o Serviço Social uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho é, portanto, ainda encarado como um trabalho meramente manual, que requer o fazer e os resultados de modo imediato, buscando efetivar um controle social, uma resolutividade funcional a reprodução da ordem burguesa. Características essas que se opõem ao trabalho intelectual pensado, refletido e ratificado. A autora também destaca que muitos assistentes sociais desprezam a fundamentação teórica e o ideário crítico por perceberem no momento de sua prática, incongruências que tornam difíceis uma concatenação entre a produção científica teórico-crítica e suas condições e relações diárias de trabalho.

Quanto às discussões presentes nos trabalhos, três artigos trazem como temática o movimento estudantil e o Serviço Social, evidenciando a necessária importância de sua visibilização e fortalecimento no processo de formação profissional, como um meio de ratificar o que postulado no PEPP e apontam como uma contradição e desafio que precisa ser enfrentado na formação e organização política profissional, o fato das universidades² na prática em seu processo formativo, se distanciarem dos movimentos sociais. Defendem como bandeira de luta o ensino público, estatal e de qualidade e problematiza-se a mercantilização da educação e a massificação de certificação de novos assistentes sócias.

Um artigo remete ao debate da articulação movimentos sociais e Serviço Social a partir de uma referência com experiência de um projeto de extensão universitária com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto- MTST. Nesse ensaio, aponta-se uma lacuna na aproximação do Serviço Social no interior dos movimentos sociais, defende-se que isso se dá em consequência dos

² Referência ao curso de Serviço Social

movimentos sociais não constituírem de fato um lócus de atuação profissional. A solução defendida é centrada nas universidades, no sentido de que estas se tornem precursoras e incentivadoras desse engajamento.

Uma produção em destaque respalda a unidade entre a teoria e prática ao tratar de uma iniciativa da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONERA) com a tentativa da aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais, e em específico com os movimentos sociais do campo, levando aos discentes essa realidade por intermédio de uma estratégia de pressão política dos movimentos partícipes, contando com o envolvimento de docentes, discentes e funcionários que possuem interesse na área da educação superior e da questão agrária.

Sobre as discussões que retratam as mediações pedagógicas presentes nos processos de formação política junto às organizações dos trabalhadores que cada vez mais competem ao assistente social, destaco um trabalho em específico que expõe a experiência do assentamento Osvaldo de Oliveira do Movimento Sem Terra do Rio de Janeiro. Esse ensaio traz experiências da prática profissional que problematiza o assistente social quanto profissional assalariado, desempenhando atividades de assessoria e acompanhamento das famílias, realização de levantamentos socioeconômicos, epidemiológicos, construções de cursos de formação política, entre outros.

Lopes, Abreu e Cardoso (2014) correlacionam a função pedagógica à dimensão interventiva do Serviço Social quanto totalidade histórico, defendendo que esta função se faz presente independente do âmbito de atuação em que se encontra o (a) assistente social. Essa dimensão educativa que hoje permeia o lócus de atuação profissional é resultado do avanço do componente ideopolítico na década de 1980, no qual culminou no compromisso com os setores populares independente das instâncias de atuação, empresas privadas, instituições estatais e movimentos sociais, competindo ações como: “formação de alianças; educação popular; investigação-ação e assessoria aos setores populares (DURIGUETTO; MARRO, 2016, p.105)”.

Há uma análise da experiência de desocupação do movimento Pinheirinho em São José dos Campos-SP, traçando concretamente o

estreitamento da relação Serviço Social com os movimentos sociais. Se estudou os impactos da reconfiguração sociopolítica dos movimentos sociais na intervenção profissional do Serviço Social no Movimento Pinheirinho, como por exemplo, a condição profissional de trabalhadores assalariados e a aproximação dos movimentos sociais como uma forma de potencializar a relativa autonomia profissional nos distintivos espaços sócio ocupacionais. A intervenção profissional contribui para a resistência aos ditames da ordem vigente e também para a resistência a realização de uma intervenção burocrática e aligeirada. Uma vez que a atuação profissional poderia contribuir para a efetivação de direitos sociais nesse contexto de violação de direitos provocados pelo próprio Estado.

Enfoques sobre *cidade, movimentos sociais e Serviço Social* trazem os desafios ao PEPP, problematizam como vem se dando os movimentos de resistência da classe trabalhadora pelo direito a cidade e como o assistente social tem se articulado aos processos de mobilização das classes subalternizadas. Para isso, se aportam dos fundamentos históricos do Serviço Social e de seu objeto de estudo que é a questão social, nessa mesma ênfase discute-se sobre os movimentos sociais, direito à cidade e questão urbana.

Uma produção evidencia os resultados a partir dos artigos da revista Serviço Social e sociedade – entre os anos de 1996 e 2013 - sobre as principais discussões envolvendo o Serviço Social e os movimentos sociais. Sistematiza as esquematizações por meio de cinco eixos, quais sejam: classe trabalhadora e movimento sindical, luta de classe, organização política do Serviço Social e sua relação com as lutas e organizações dos trabalhadores; os espaços institucionais de participação popular: as práticas conselhistas; fóruns temáticos, orçamento participativo e a questão da educação popular; movimentos sociais específicos e sociedade civil e o debate do terceiro setor.

Os demais trabalhos para desenvolver a temática dos movimentos sociais no Serviço Social concentram-se nos fundamentos históricos da profissão e nos aportes teóricos, trazendo para as análises um caráter bibliográfico e descritivo da literatura do Serviço Social brasileiro apoiada nas temáticas sobre questão social e mundialização do capital e suas consequências no mundo do trabalho.

Percebe-se assim diante do recorte feito que apenas 03 dos 16 artigos trabalham na socialização de experiências do Serviço Social junto aos movimentos sociais. A um escopo grande de produções que tratam dessa relação teoricamente, com fundamentos e problematizações contundentes. Entretanto, o que temos é uma predominância de lacunas nas exemplificações dos pesquisadores, na apresentação de resultados quanto ao engajamento profissional, sua articulação junto aos processos de mobilização (se estes se dão a partir de assessoria/mobilização/engajamento/movimento que participa ou apoia/ formação política ou militância).

A primeira impressão é de que nos falta, nos falta produzir mais sobre essa intervenção e ter estudos mais sólidos quanto a esse cenário. A produção teórica se acha em nível de excelência, aponta novos espaços que se abriram e que hoje atuam os profissionais de Serviço Social. Apontam uma relação orgânica e vital dos movimentos sociais no interior do Serviço Social. Se faz necessário o destrinchar dessas mediações nas produções científicas e um olhar mais atento para elas.

Sobre essa verificação, parto de duas hipóteses: a primeira, de ser este um espaço que ainda está em formação e, que apesar da sua existência e validação na produção científica³, ainda conta com um pequeno universo profissional. A segunda, já exposta linhas acima, de que os que estão na prática se veem impossibilitados ou com dificuldades de compartilhar seus resultados e observações. Como problematiza Guerra (2016) a extenuante carga horária de trabalho que são acometidas (os) muitos (as) profissionais, muitas vezes chegando a mais de um vínculo empregatício, trabalhando com duas políticas ou mais e tendo o agravante dos vínculos frágeis e dos baixos salários.

³ Que como informa Mota (2014), abre-se novos enquadres profissionais, “[...] docentes e intelectuais formadores de massa crítica no âmbito dos movimentos sociais, populares sindicais [...] dos quadros intelectuais de partidos políticos, das parcerias intelectuais, profissionais e acadêmicas com o MST a partir da criação do PRONERA, da participação no movimento de mulheres e no LGBT, inclusive como formuladores referenciados pelas bases, da participação na Universidade Popular dos Movimentos Sociais (Escola Florestan Fernandes), além da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, do tráfico de pessoas e do Fórum da Reforma Urbana, dentre outros. Isso sem falar no peso intelectual dos profissionais do Serviço Social na participação direta e /ou na instrumentalização política dos participantes de conferências municipais, estaduais e nacionais, ligados aos movimentos organizados de diversas áreas (MOTA, 2014, p.28)”.

A autora coloca também como agravante nesse processo o fato da profissão ser predominantemente feminina, o que traz consequências maiores como uma tripla jornada de funções considerando o sobretrabalho doméstico, dificultando assim uma maior dedicação e maturação a produção científica e distanciando a intervenção profissional das mediações teóricas e críticas

CONCLUSÕES

Os movimentos sociais e as lutas de classe possibilitaram uma nova roupagem no seio da profissão. Desde as décadas de 1970 e 1980 quando o Serviço Social se aproximou das comunidades que estreitou suas relações com as classes populares e adentrou em um caminho de contestação ao conservadorismo e mais tarde, com a incorporação do direcionamento crítico-dialético, voltou-se contra a racionalidade da sociedade burguesa.

Diante da aproximação Serviço Social e movimentos sociais, os estudos revelam que hoje a profissão conta com novos enquadres sócio-ocupacionais e que há uma maior abertura ao envolvimento profissional junto às mobilizações e organizações da sociedade. A discussão construída nos aportes teóricos é fértil, entretanto percebe-se uma necessidade de maior socialização do trabalho dos (das) assistentes sociais junto a esses novos e férteis espaços de atuação.

A partir dos recortes dos trabalhos analisados, temos que os ensaios descrevem mais do que faz uma análise de como se dá e/ou como se está processada essa relação, expondo, muitas vezes de modo teórico, como se apresenta esse panorama na atual conjuntura, mas não, com o enfoque dessa intervenção em sua essência. Iamamoto (2004) já chamava atenção quanto à falta de vínculos sólidos na inserção profissional dos movimentos sociais. E como pudemos perceber na maioria das produções, os relatos e experiências socializadas sobre intervenção do Serviço Social nas organizações populares mais ficavam em âmbito extensionistas promovidas por algumas poucas universidades públicas do país.

Expor essa verificação e conclusão se faz necessário no sentido em que possibilita uma maior visibilidade para esta baixa no campo da produção do Serviço Social e fortalece a luta e resistência social da profissão na trajetória para a emancipação humana, por uma sociedade justa, igualitária e libertária.

REFERÊNCIAS

- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **30 anos do Congresso da Virada**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- CISNE, Mirla. Resistência de classe no Brasil contemporâneo: mediações políticas para o enraizamento do projeto ético político do Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano VIII, n.16, 2008.
- COSTA, M. R. O assistente social como educador nos movimentos sociais. **Cadernos UFS**, São Cristóvão, v. 2, n.5, p. 21-28, 2001.
- DURIGUETTO, Maria; BALDI, Luiz. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15 n. 2, p. 193-202, 2012.
- DURIGUETTO, Maria. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 177-193.
- DURIGUETTO, Maria; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, M. L. (Org.). **Serviço Social no Brasil histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 97-118.
- GUERRA, Yolanda. A “virada” do Serviço Social. **Revista Inscrita**, Brasília, DF, ano VIII, n. 12, 2009.
- _____. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E; AMARAL, A. (Org.). **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 83-110.
- IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M.V. **Renovação e conservadorismo do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

LOPES, Josefa; ABREU, Marina; CARDOSO, Franci. O caráter pedagógico da intervenção profissional e sua relação com as lutas sociais. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p.195-213.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético político profissional. **Revista Emancipação**, Paraná, v. 6 n. 1, p. 9-23, 2006.

MOTA, Ana. Prefácio. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 23-30.

_____. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: MOTA, Ana Elisabete et al. (Org.). **Serviço Social e Saúde formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 40-48.

MOTA, Ana; AMARAL, Ângela. **Projeto profissional e projeto societário**, Brasília, DF, ano VIII, n. 12, 2009.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Edaléa; SCHUELTER, Bárbara. O tema movimentos sociais nos espaços de divulgação e socialização do conhecimento no Serviço Social na primeira década do milênio. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.10, n.2, p.314-330, ago./dez., 2011.